

Coleção
Eduardo Espínola

Gabriel Araújo Gonzalez

**A RECORRIBILIDADE DAS
DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS
NO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL DE 2015**



2016



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

R311 A recorribilidade das decisões interlocutórias no CPC 2015 / Gabriel Araújo Gonzalez
– Salvador: JusPodivm, 2016.
400 p. (Eduardo Espinola / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1276-9

1. Decisões interlocutórias. 2. Direito processual civil. I. Didier Jr., Fredie. II. Gonzalez, Gabriel Araújo. III. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Capítulo 1	
INTRODUÇÃO.....	23

**PRIMEIRA PARTE
UMA ANÁLISE HISTÓRICA**

Capítulo 2	
DAS ORDENAÇÕES FILIPINAS AO DECRETO 763, DE 19 DE SETEMBRO DE 1890	29

Capítulo 3	
DO DECRETO 763, DE 19 DE SETEMBRO DE 1890, AO CÓDIGO DO PROCESSO DO ESTADO DA BAHIA	45

Capítulo 4	
A REGULAMENTAÇÃO NO CÓDIGO DO PROCESSO DO ESTADO DA BAHIA	53

Capítulo 5	
A REGULAMENTAÇÃO NO CPC/1939	63

5.1	CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DO JUIZ.....	63
5.1.1	Despachos interlocutórios, decisões terminativas e decisões definitivas	63
5.1.2	A natureza jurídica do despacho saneador	69
5.1.2.1	A fase saneadora	69
5.1.2.2	A natureza jurídica do despacho saneador	75
5.2	A RECORRIBILIDADE DOS DESPACHOS INTERLOCUTÓRIOS	78
5.2.1	Considerações gerais	78
5.2.2	O agravo de petição	79
5.2.3	O agravo de instrumento	81
5.2.3.1	As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento	81

5.2.3.2	Problemas decorrentes da enumeração do art. 842 do CPC/1939	95
5.2.4	O agravo no auto do processo.....	99
5.2.5	As preclusões e os despachos interlocutórios	102

Capítulo 6

A REGULAMENTAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973..... 107

6.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	107
6.2	CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DO JUIZ.....	108
6.2.1	Classificação dos atos do juiz até a Lei n. 11.232/2005	108
6.2.1.1	Considerações gerais.....	108
6.2.1.2	O conceito de sentença	110
6.2.1.3	Os conceitos de decisões interlocutórias e despachos	112
6.2.1.4	Propostas para a distinção entre as decisões interlocutórias e os despachos	119
6.2.2	Classificação dos atos do juiz após a Lei n. 11.232/2005	127
6.3	A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	135
6.3.1	Considerações gerais.....	135
6.3.2	O cabimento dos agravos até a Lei n. 9.139/1995.....	137
6.3.3	O cabimento dos agravos entre a Lei n. 9.139/1995 e a Lei n. 10.352/2001	138
6.3.4	O cabimento dos agravos entre a Lei n. 10.352/2001 e a Lei n. 11.187/2005	140
6.3.5	O cabimento dos agravos após a Lei n. 11.187/2005	145
6.4	OUTRAS QUESTÕES CONTROVERSAS	153
6.4.1	A natureza jurídica e a recorribilidade das decisões parciais de mérito	153
6.4.2	A natureza jurídica e a recorribilidade da decisão em liquidação de sentença	158
6.5	AS PRECLUSÕES E AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....	162

SEGUNDA PARTE

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Capítulo 7

CONSIDERAÇÕES GERAIS	169
----------------------------	-----

Capítulo 8**OS PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ 173**

8.1	SENTENÇAS E DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....	173
8.2	DESPACHOS.....	181
8.3	ACÓRDÃOS E DECISÕES MONOCRÁTICAS	189
8.4	SISTEMATIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DOS PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ.....	193
8.4.1	Considerações gerais.....	193
8.4.2	Classificação de acordo com a função processual.....	193
8.4.3	Classificação de acordo com a carga decisória	193
8.4.4	Classificação de acordo com o órgão prolator.....	194
8.4.5	Conjugação das classificações e os pronunciamentos do juiz... 194	

Capítulo 9**AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS RECORRÍVEIS AO FINAL..... 195**

9.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	195
9.2	ALGUMAS CRÍTICAS À OPÇÃO LEGISLATIVA PELA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AO FINAL.....	201
9.3	UMA RESSALVA NECESSÁRIA: AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS SUJEITAS A RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	204
9.4	DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS EM “PRELIMINAR DE APELAÇÃO”	204
9.5	DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS EM “CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO”	206
9.6	O PROBLEMA DO TERCEIRO INTERESSADO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ATUANDO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA	212
9.7	A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AO FINAL E A REMESSA NECESSÁRIA.....	214
9.8	OUTRAS QUESTÕES PROBLEMÁTICAS.....	222
9.8.1	A intimação do art. 10, o silêncio da parte e a recorribilidade da decisão interlocutória	222
9.8.2	A recorribilidade da decisão interlocutória com capítulos, nem todos apeláveis ou agraváveis.....	223
9.8.2.1	Breves considerações sobre a teoria dos capítulos de sentença, segundo Cândido Rangel Dinamarco.....	223

9.8.2.2	A recorribilidade da decisão interlocutória com capítulos, nem todos apeláveis ou agraváveis.....	225
9.8.3	A estabilidade da decisão de saneamento e organização do processo.....	227
9.8.4	A recorribilidade das decisões interlocutórias ao final e as “nulidades relativas”	237
9.8.4.1	Classificação dos defeitos dos atos processuais.....	237
9.8.4.2	A recorribilidade das decisões interlocutórias ao final e as “nulidades relativas”	242
9.8.5	As decisões interlocutórias anteriores à resolução parcial do processo (com ou sem exame do mérito).....	244
9.8.6	As preclusões e a ausência de recurso contra as decisões interlocutórias não agraváveis.....	248

Capítulo 10

AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AGRAVÁVEIS..... 253

10.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	253
10.2	AS HIPÓTESES DE CABIMENTO EXPRESSAS.....	254
10.2.1	Tutelas provisórias.....	254
10.2.1.1	Considerações gerais.....	254
10.2.1.2	A recorribilidade da decisão interlocutória sobre tutela provisória.....	257
10.2.1.3	A postergação da decisão sobre a tutela provisória requerida.....	259
10.2.1.4	A tutela antecipada requerida em caráter antecedente e a ausência de “recurso”	260
10.2.1.5	O reexame da decisão estabilizada nos termos do art. 304.....	265
10.2.2	Mérito do processo.....	267
10.2.2.1	As decisões interlocutórias de mérito recorríveis por agravo de instrumento.....	267
10.2.2.2	Efeitos do agravo de instrumento e sustentação oral	272
10.2.3	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	276
10.2.3.1	Considerações gerais.....	276
10.2.3.2	Justificativas possíveis para a recorribilidade imediata.....	278
10.2.3.2.1	A regra da competência-competência do juízo arbitral.....	278

10.2.3.2	Outras justificativas possíveis para a recorribilidade imediata	282
10.2.3.3	Hipóteses “semelhantes”	284
10.2.4	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	287
10.2.4.1	Considerações gerais.....	287
10.2.4.2	A recorribilidade da decisão interlocutória que julga o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	291
10.2.5	Rejeição do pedido de gratuidade de justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	296
10.2.5.1	Considerações gerais.....	296
10.2.5.2	A recorribilidade das decisões interlocutórias sobre gratuidade de justiça.....	301
10.2.6	Exibição ou posse de documento ou coisa.....	305
10.2.6.1	Considerações gerais.....	305
10.2.6.2	A recorribilidade da decisão interlocutória sobre exibição de documento ou coisa	312
10.2.7	Exclusão de litisconsorte	315
10.2.8	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.....	317
10.2.8.1	Considerações gerais.....	317
10.2.8.2	A recorribilidade da decisão interlocutória sobre a limitação do litisconsórcio	321
10.2.9	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	324
10.2.9.1	Considerações gerais.....	324
10.2.9.2	Assistência	326
10.2.9.3	Denúnciação da lide.....	329
10.2.9.4	Chamamento ao processo	332
10.2.9.5	<i>Amicus curiae</i>	334
10.2.9.6	Alienação da coisa ou direito litigioso por ato entre vivos	336
10.2.9.7	Alteração do polo passivo (arts. 338 e 339)	337
10.2.9.8	Reconvenção	339
10.2.9.9	Habilitação	339
10.2.9.10	Recurso interposto pelo terceiro prejudicado	341
10.2.10	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	342
10.2.11	Redistribuição do ônus probatório	345
10.2.11.1	Considerações gerais.....	345

10.2.11.2	A recorribilidade das decisões interlocutórias sobre redistribuição do ônus probatório.....	347
10.2.12	Outros casos previstos em lei.....	349
10.2.12.1	Resolução parcial do processo (com ou sem exame do mérito)	349
10.2.12.2	A hipótese do art. 1.037, §13, I, do CPC/2015	350
10.2.12.3	Hipóteses previstas em legislações extravagantes	353
10.2.13	Liquidação	354
10.2.13.1	Considerações gerais.....	354
10.2.13.2	Agravo de instrumento contra decisão em liquidação	356
10.2.14	Cumprimento de sentença	359
10.2.15	Execução	361
10.2.16	Inventário	362
10.3	A (SUPOSTA) TAXATIVIDADE DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015	364
10.3.1	Uma breve lembrança histórica: problemas decorrentes da taxatividade das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento no CPC/1939	364
10.3.2	A (suposta) taxatividade do rol do art. 1.015 do CPC/2015....	366
10.3.3	A regra geral supletiva ao art. 1.015 do CPC/2015	369
10.3.4	Em defesa do caráter exemplificativo do rol do art. 1.015 do CPC/2015.....	372
10.4	ESTABILIDADES E DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AGRAVÁVEIS	375
 Capítulo 11		
CONCLUSÃO		377
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		 383